



ÁREA TEMÁTICA: Desenvolvimento sustentável e ambiente

A eficiência energética do ponto de vista dos cidadãos

FONSECA, Susana

Mestre em "Turismo, Ambiente e Identidades Locais; doutoranda em Sociologia

ISCTE

susanafonseca@netvisao.pt

Resumo

Esta comunicação procura pôr em relevo alguns dados preliminares de um estudo mais alargado sobre o tema da eficiência energética. Olhando para o consumo de energia na sua vertente simbólica, mas também na sua vertente rotineira e interligando com a eterna dicotomia ação/estrutura, procura-se compreender a percepção dos inquiridos sobre a temática da eficiência energética, bem como sobre os principais determinantes para a forma como a integram no seu quotidiano.

Palavras-chave: eficiência energética; sociologia do consumo; ecofamílias





1. Introdução

A energia é hoje encarada como um dos elementos estratégicos de qualquer sociedade. Não tanto em si, mas mais pelos serviços que proporciona a quem dela usufrui directa ou indirectamente, a energia é omnipresente nas sociedades mais desenvolvidas e segue esta mesma tendência nas sociedades em desenvolvimento. Esta omnipresença associada às matérias-primas usadas para a sua produção criou hoje um problema grave de desequilíbrio ambiental, surgindo a ideia da eficiência energética como uma possível solução, ou parte da mesma.

Durante vários anos pensar o tema da eficiência energética significou pensar em tecnologias, em proporcionar à sociedade soluções mais eficientes que permitissem usufruir dos mesmos serviços com um menor consumo de energia. Os aspectos sociais foram sendo ignorados ou desconsiderados. A premência do tema conjugada com a inexistência dos resultados esperados deu espaço às ciências sociais, permitindo-lhes contribuir para a compreensão da complexidade do tema.

Este artigo tem por base o trabalho de investigação de uma tese de doutoramento na área da Sociologia sobre o tema da eficiência energética. A abordagem privilegiada centra-se na esfera socio-política do ambiente e procura explorar as razões subjacentes à discrepância que parece existir entre a produção e apropriação do conceito de eficiência energética, integrado em linhas estratégicas de carácter estatal ou privado, e a sua efectiva implementação expressa em políticas públicas, em medidas de gestão por parte de agentes privados ou em opções concretas por parte dos cidadãos.

Neste artigo são analisados os dados relativos à componente do estudo que se prende com a forma como os actores sociais percebem o conceito de eficiência energética (e num sentido mais lato o conceito de energia), até que ponto o integram nas suas representações e práticas quotidianas e quais as razões que subjazem a diferentes formas de integração, nomeadamente se são factores estruturais ou da esfera individual que, de forma implícita ou explícita, assumem maior relevo.

No intenso debate que tem vindo a acontecer nos últimos anos sobre a temática da energia, a inclusão de variáveis sociais que permitam contextualizar e compreender os comportamentos e as opções quotidianas dos cidadãos tendeu a ser esquecida. Em alternativa, o debate manteve-se muito na área das tecnologias e suas potencialidades, persistindo, contudo, a perplexidade perante a não adesão dos cidadãos a soluções consideradas, muitas vezes, como claramente vantajosas em termos ambientais e económicos.

Nesta comunicação procura-se fazer um breve enquadramento teórico do tema, avançando para a apresentação de alguns dados recolhidos junto de 142 famílias de todo o país (continente), no âmbito do projecto Ecofamílias desenvolvido pela organização não governamental de ambiente Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza¹.

2. Sociologia do consumo e uma abordagem sociológica da energia

Os anos 70, marcados pela crise energética que afectou particularmente os países mais dependentes dos combustíveis fósseis, bem como a realização da Conferência de Estocolmo (em 1972), foram momentos chave para trazer para o debate público a relação entre o modelo de desenvolvimento vigente e alguns dos problemas ambientais (e mesmo sociais) que lhe estavam associados. Foi a constatação desta relação entre a acção individual, a acção estrutural e os seus impactos no ambiente que estiveram na origem do desenvolvimento de pesquisas na área da Sociologia do Ambiente.

Ainda que o consumo seja há muito encarado como, por um lado, uma característica estruturante das sociedades mais desenvolvidas e, por outro, como um factor de forte impacto no ambiente, a Sociologia do Ambiente só muito recentemente começou a explorar as complexidades da relação consumo-ambiente. Sendo hoje considerada como uma área estratégica para o seu desenvolvimento (Spaargaren, 2000: 50), o estudo do consumo e dos padrões de consumo foi durante muitos anos encarado como um tema de menor



importância, no sentido em que representava um elemento criticável das sociedades desenvolvidas, particularmente em contextos onde padrões de consumo designados 'ocidentais' eram comparados com padrões de consumo em países com menores níveis de desenvolvimento (Spaargaren, 2000: 51; Shove, 2002:231; Burgess, 2003: 265).

A análise do consumo pela Sociologia possui algumas semelhanças com a análise do Ambiente, no sentido em que só muito recentemente começou a ser desenvolvida e não era um tema referido explicitamente na teoria sociológica.

Só algumas décadas após a segunda guerra mundial ressurgiu algum interesse por esta área e tal ficou a dever-se, segundo Elizabeth Shove e Alan Warde (2002: 230-231), a três factores distintos:

- À redescoberta do papel das práticas de consumo no processo de diferenciação social, onde o trabalho de Pierre Bourdieu foi um marco ao explorar e expor a relação entre posição social e estilos de vida;
- Ao desenvolvimento em torno do conceito de consumo colectivo, que chamou a atenção para a necessidade de considerar o papel do estado e do capital no processo da reprodução física, material e social;
- Ao surgir dos estudos culturais onde foram explorados os usos e significados dos bens usados no quotidiano, sendo dada particular ênfase às componentes emocionais, estéticas e experienciais (em detrimento das componentes utilitárias) do consumo.

Contudo, mesmo neste contexto de evolução da reflexão e do discurso sobre o consumo e as práticas que lhe estão associadas, a vertente ambiental esteve, até muito recentemente, arredada do corpo central da investigação (Shove, 2002: 231).

Neste trabalho procura-se olhar para um consumo específico, o consumo de energia, e não tanto para os hábitos de consumo em geral, ainda que, mesmo numa análise mais específica, variáveis e perspectivas de análise mais generalistas sobre os determinantes das práticas de consumo possam e devam ser integrados e considerados. Ainda assim, a análise numa óptica de consumo de energia introduz desafios a uma abordagem mais convencional, não apenas porque se procura explorar a ligação entre consumo e ambiente, mas também porque se pretende olhar para o consumo nas suas várias vertentes.

Procurar compreender as práticas de consumo enquanto formas de expressão de auto-identidade, de demonstração de pertença a determinados grupos sociais, de acumulação de recursos, de exibição e distinção social ou de participação em actividades sociais (Shove, 2002: 248) tende a enfatizar apenas o que é visualmente atractivo, socialmente distintivo, simbolicamente significativo. Esta abordagem apresenta algumas lacunas quando o objecto de estudo se centra em práticas de consumo que, em larga medida, não conferem a quem as pratica os elementos distintivos referidos atrás, como é o caso do consumo de energia. No que concerne aos usos da energia, o seu carácter supérfluo ou básico está fortemente condicionado pelo contexto social em que emergem, pelo que a tónica fundamental será mais procurar compreender a forma como esses usos são conceptualizados e menos sobre juízos valorativos feitos sobre os mesmos (Lutzenhiser, 2000: 8.442).

Ainda que a análise das práticas de consumo quotidiano de energia por parte dos actores sociais possa ganhar bastante com uma perspectiva relativa às componentes mais visuais e distintivas que lhe estão associadas, são as componentes mais ligadas às rotinas, às questões pragmáticas, práticas, neutras em termos simbólicos, socialmente determinadas, colectivamente impostas e não individualizadas, que aqui requerem atenção, uma vez que representam áreas subexploradas do ponto de vista da teoria social (Shove, 2002: 248 e 249). Trata-se de pôr em relevo o conforto, a conveniência, a segurança e a normalidade de determinadas práticas de consumo e a forma como as influenciam, principalmente quando a análise se prende com áreas específicas de consumo como a energia ou a água. Em suma, "aquilo que o mundo da energia requer e o que os cientistas sociais estão em posição de providenciar, é uma análise de



como as convenções evoluem, como formas de vida intensivas em termos de uso da energia se tornam normais e como a procura de energia está imbuída na sociedade” (Lutzenhiser, 2000: 8.442).

Pretendendo-se neste trabalho analisar a temática da energia é interessante notar que esta partilha uma característica importante com outras preocupações ambientais: a invisibilidade e a necessidade de mediação. O conhecimento quotidiano sobre este tema forma-se e é traduzido através de medidas e modelos, sendo necessário algum conhecimento técnico para explicar de forma mais aprofundada o que se passa sempre que usamos energia. Por outro lado, a energia e o seu consumo não é facilmente observável, o que dificulta a tomada de consciência e o despertar para eventuais consequências que possam decorrer do seu uso. Da mesma forma, não é tanto o consumo de energia que é relevante para o quotidiano de cada actor social, mas antes os serviços, os resultados providenciados por esse consumo. Os aparelhos convertem a energia em serviços, pelo que as pessoas não se relacionam directamente com a energia, mas com os serviços que ela proporciona, o que coloca novos desafios à análise e torna fundamental compreender como e porquê a procura destes serviços está a aumentar (Lutzenhiser, 2000: 8.441).

A par com a necessidade de analisar a temática do consumo nas suas diferentes vertentes quando se aborda o tema da eficiência energética, procura-se nesta comunicação dar já algumas pistas sobre a forma como os inquiridos percebem a sua capacidade de intervir no contexto, de moldar ou determinar a forma como gastam energia.

3. A amostra em análise

Não obstante o esforço realizado no sentido de procurar aproximar a amostra de famílias abrangidas pelo projecto do panorama geral do país (observável através dos dados dos Censos 2001), os resultados apontam para um enviesamento significativo em termos de variáveis fundamentais para a temática da energia como são a idade e as habilitações académicas. Da mesma forma, o facto do projecto abranger 225 famílias, mas de apenas 142 terem efectivamente respondido ao inquérito de caracterização social, reduziu ainda mais esta aproximação à realidade nacional. Esta discrepância resultou da indisponibilidade em termos de tempo de vários agregados familiares, uma vez que o projecto implicava o preenchimento de diversos inquéritos (social; arquitectura; equipamentos; medição de consumos).

A tipologia familiar assume maioritariamente a figura do casal com filhos (70%), onde ter um (41,4%) ou dois filhos (42,4%) acaba por ser a situação mais comum. Sem filhos são cerca de 14%, muito embora nestas situações possam estar também englobadas famílias em que os filhos já não residem com os pais. A coabitação entre 2, 3 ou 4 pessoas num mesmo espaço acaba por abranger cerca de 85% da amostra inquirida, sendo a situação mais frequente a primeira (31%). Comparando estes valores com os dos Censos 2001 é possível concluir que existe alguma proximidade, registando-se uma pequena sobre-representação das famílias com 4 ou 5 elementos. Existe uma clara sub-representação das pessoas que vivem sozinhas, que nas ecofamílias representam pouco mais de 6%, ao passo que em Portugal o valor é de 17%. Esta discrepância não é de somenos importância para esta área, quando se sabe que o aumento dos agregados de menor dimensão tende a representar um desafio significativo em termos de eficiência energética, quando comparados com agregados mais numerosos (Wallenborn et al, 2006).

Analisando os dados relativos aos grupos etários é possível concluir que os mais jovens e os mais velhos se encontram em menor número do que seria de esperar quando se comparam com os censos de 2001 e os grupos etários intermédios (entre os 30 e os 44 anos e entre os 45 e os 65 anos) estão sobre-representados face à realidade portuguesa.

No que concerne às habilitações académicas, observa-se um desequilíbrio na amostra onde os grupos com menor escolaridade estão sub-representados, acontecendo o oposto com o grupo dos que se enquadram numa escolaridade de nível superior. De facto, se em Portugal esta categoria não abrange mais do que 10% da população, na amostra em análise ela ascende a quase metade (46,8%). A comparação noutras categorias torna-se um pouco mais complexa, uma vez que os dados dos Censos contabilizam toda a



população e, logo, as crianças, que neste estudo estão excluídas. Assim, os números registados em graus de ensino como o 1º, o 2º e 3º ciclos serão necessariamente mais elevados nos primeiros e menores no segundo. Contudo, a discrepância registada ao nível do ensino superior não é abrangida por este contexto da mesma forma e representa, assim, um elemento fundamental a ter em conta na análise de todas as questões subsequentes, nomeadamente, as referentes a práticas e representações.

De referir que estudos realizados noutros contextos parecem demonstrar que os agregados com um nível de escolaridade mais elevado tendem a possuir um grau de conhecimento mais elevado e maior capacidade de compreender aspectos relacionados com o uso da energia (Wallenborn et al, 2006), mas a passagem do conhecimento à prática, quando falamos de comportamentos de poupança de energia, não tende a automática (Bartiaux et al, 2006).

O maior relevo dos níveis de habilitações superiores determina, necessariamente, uma distribuição anormal no que concerne às profissões mais frequentes. Nesta amostra existe uma sobre-representação das profissões intelectuais e científicas (23,2% vs 8,5 nos censos 2001) e das profissões técnicas intermédias (23,9% vs 9,5%), que contrasta com uma clara sub-representação dos trabalhadores da produção industrial e artesãos (2,9% vs 25,5% nos censos 2001) e dos trabalhadores menos qualificados das áreas da agricultura, indústria e comércio (8% vs 15%).

Em geral, o trabalho por conta de outrem abrange uma boa parte da amostra (66%) e o trabalho enquanto principal meio de vida enquadra quase 70% dos inquiridos.

Um factor sempre importante na análise das práticas de promoção da eficiência energética e, particularmente, num contexto em que se pretende promover e incentivar alterações às mesmas, é a propriedade da habitação. Nesta amostra quase 85% das famílias são proprietárias e apenas cerca de 13% são arrendatárias. Ainda que não seja o factor fundamental, o facto das famílias sentirem que estão a investir num espaço que é seu e sobre o qual têm quase total autoridade e responsabilidade permite-lhes encarar, com maior naturalidade, a possibilidade de proceder a mudanças de carácter estrutural que podem representar ganhos significativos em termos de eficiência energética.

Por último, apresentam-se os dados relativos aos escalões de rendimento das ecofamílias envolvidas. Esta questão é sempre complicada de aplicar e os resultados nem sempre espelham a realidade, mas ainda assim foi tomada a decisão de a incluir como variável de caracterização importante para o tema. O escalão que inclui maior número de famílias é o dos 1501-3000 euros mensais (34,5%), seguido do escalão entre 750-1500 euros (21,8%) e do escalão abaixo dos 750 euros (19%).

A variável rendimento estimula uma multiplicidade de linhas de análise, uma vez que uma maior disponibilidade financeira de um agregado pode permitir a introdução de mudanças mais significativas em termos de eficiência energética (por exemplo através da realização de alterações estruturais na habitação – isolamento, caixilharia). Contudo, são muitas vezes as famílias com um rendimento superior que registam consumos de energia mais elevados (Bartiaux et al, 2006; DEFRA, 2002), e o peso que os custos deste consumo acarreta dilui-se com alguma facilidade no rendimento global, ao contrário do que tende a suceder em agregados com rendimentos mais baixos. Estes tendem a apresentar uma capacidade limitada para investir em obras ou equipamentos energeticamente mais eficientes (Boardman e Darby, 2000; Ramsay e Pett, 2003) e são com frequência afectados nas suas necessidades básicas, quando são usadas medidas como o aumento do preço da energia para promover uma maior eficiência. Neste contexto, procuram recorrer a mudanças do consumo, no sentido da sua efectiva restrição, em alternativa a medidas estruturais que impliquem despesas para o agregado (Bartiaux et al, 2006).

4. Práticas ambientais e de eficiência energética

Uma análise das práticas ambientais mais frequentes em cada agregado (onde se conjugaram áreas como a energia, a água, os resíduos ou os produtos ecológicos) permite verificar que as relativas à poupança de energia em casa são as que, não só são mais frequentemente executadas, como são as que, no entender



dos inquiridos, menor esforço implicam. Há apenas a sublinhar a excepção da área da mobilidade, onde a frequência da troca do transporte individual pelo transporte colectivo ou por andar a pé nas distâncias mais curtas é baixa (ainda que o conjunto das respostas sempre e alguma frequência equivalha a 66%), sendo uma das acções às quais é atribuído um maior grau de esforço para ser realizada (38%) (tabela 1).

	Sempre + algumas vezes (%)	Muito esforço + algum esforço (%)
Comprar produtos em embalagens reutilizáveis	52	43
Utilizar transportes colectivos ou andar a pé em curtas distâncias	66	38
Separar os resíduos	84	20
Fechar a torneira quando lava os dentes ou faz a barba	64	16
Comprar produtos amigos do ambiente	62	41
Desligar as luzes quando não são necessárias	89	15
Fechar a água enquanto se ensaboa no duche	63	39
Vestir mais uma camisola para evitar ter que aquecer mais a casa	85	13
Reutilizar água (por exemplo do chuveiro)	30	42
Usar as máquinas da roupa e loiça com carga completa	98	9
Não deixar os aparelhos em stand by	73	23
Secar a roupa ao ar	96	7
Baixar os estores durante o dia no Verão	90	5

Tabela 1 - Práticas ambientais mais frequentes e grau de esforço que lhe está associado

5. Percepção sobre os gastos energéticos do agregado

Criar um contexto onde seja possível trabalhar o tema da eficiência energética e propor alterações nos hábitos quotidianos dos agregados familiares implica, necessariamente, uma consciência clara sobre quais os consumos de energia com maior peso na factura familiar mensal. O desconhecimento dos portugueses sobre a questão energética (como é repetidamente sublinhado pelos vários inquéritos do Eurobarómetro sobre a matéria) e a dificuldade em lidar com um tema que tem muito de intangível (a energia não se vê e não tem uma utilidade em si, mas antes nos serviços que propicia), pode acarretar dificuldades acrescidas na implementação de medidas de eficiência.

Perceber onde estão os maiores consumos dentro de casa é, assim, um primeiro passo para um trabalho em prol da eficiência energética. Neste sentido, as famílias abrangidas por este estudo foram questionadas sobre este tema e os resultados indicam algum desfasamento entre aqueles que são os dados oficiais e a percepção que as famílias têm sobre as áreas com maior peso na sua factura. O que os dados gerais (usados pela ADENE) indicam é que é a área do frio que maior peso tem na factura mensal dos agregados familiares (32%) em termos de consumo de electricidade, seguida da área do aquecimento/arrefecimento (17%), da iluminação (12%), do entretenimento (11%) e das máquinas de lavar e secar (10%).

A percepção dos gastos energéticos quotidianos parece distanciar-se, em alguns casos de forma significativa, dos consumos reais e dos valores referidos acima. As máquinas de lavar surgem em primeiro lugar seguidas da área do frio. O entretenimento, a climatização e a cozinha surgem em terceiro lugar, registando o mesmo número de respostas. Assim, quer o frio, quer a climatização, ainda que não nos lugares que lhe cabem em termos dos estudos sobre o consumo de energia nos agregados em Portugal, são percebidos como áreas com um contributo significativo para a factura mensal. Só o caso da



iluminação, incluída nos dados oficiais na categoria dos maiores consumos domésticos, fica de fora do conjunto de situações mais referidas pelos inquiridos (três mais relevantes).

Em suma, existe alguma concordância no que concerne à área do frio e mesmo da climatização. Já em termos das áreas da iluminação e das máquinas de lavar observa-se uma subvalorização no primeiro caso e o efeito contrário no segundo.

Ao integrar nesta análise os consumos reais medidos no conjunto das ecofamílias, verifica-se que são as áreas do frio, e das máquinas de lavar e secar. De facto, dos consumos reais medidos nas ecofamílias comprovam que a percepção sobre o peso que o consumo das máquinas de lavar (roupa e loiça) tem nas despesas mensais do agregado, corresponde à situação real, muito embora as medições não comprovem que se trata da área com mais peso no consumo energético das ecofamílias. A discrepância em relação à área do aquecimento e arrefecimento pode também ficar a dever-se ao período do ano em que a medição foi feita ou mesmo à dificuldade de medir o consumo de alguns sistemas. De referir que cerca de 30% dos consumos de energia não puderam ser medidos por ser fisicamente impossível, o que pode desequilibrar de forma significativa algumas das medições.

Neste contexto, para além da aparente necessidade de reforço da mensagem sobre o peso que a área do frio tem na factura energética do agregado familiar (embora seja uma das mais referidas, fica atrás das máquinas de lavar), a iluminação surge como uma das áreas onde é importante comunicar, uma vez que são poucas as famílias que a referem como uma das três categorias mais importantes de consumo energético (ainda que acabe por ser aquela onde a disponibilidade para investir durante o próximo ano é maior).

Já fora das três principais categorias de consumo, a área da informática parece ser particularmente relevante nesta amostra, principalmente quando comparada com os resultados dos dados padrão da população portuguesa, ainda que seja ignorada por muitos dos inquiridos (tabela 2).

Categoria de consumo	Dados oficiais	Resultados	
	ADENE (%)	Medição real (%)	Respostas (%)
Frio (frigoríficos, arcas congeladoras, etc.)	32	24	21
Aquecimento e arrefecimento	17	9	12
Iluminação	12	8	7
Máquinas de lavar e secar (roupa e loiça)	10	16	28
Entretenimento	9	6	13
Cozinha (forno e pequenos electrodomésticos)	3	---	13
Informática	2	7	6

Tabela 2 - Comparação da repartição do consumo doméstico de electricidade segundo dados da ADENE e as respostas dos inquiridos quando questionados sobre o tema

6. O futuro da energia

Quando colocados perante a necessidade de perspectivar o futuro em termos de modelo energético parece ser claro para os inquiridos que a produção e uso da energia sofrerá alterações significativas. A ideia base parece assentar no pressuposto que a tecnologia não terá capacidade para ultrapassar as principais dificuldades e proporcionar a continuidade dos actuais padrões de produção e consumo, sem um forte apoio de alterações comportamentais. A descentralização da produção e a redução do consumo são vistos como



passos fundamentais numa mudança necessária, com respostas muito expressivas (acima dos 80%). Aliás, esta noção largamente partilhada do papel fulcral reservado ao comportamento individual na solução dos desafios futuros na área da energia acaba por se articular com aquela que parece ser a postura de quase 80% dos inquiridos: a de que as possibilidades de melhorar a eficiência dependem essencialmente da vontade pessoal e empenho de cada um e não tanto das medidas implementadas pelo Governo ou pelas empresas. A questão do preço da energia e o facto deste já integrar todos os custos inerentes à sua produção acaba por ser a que provoca maior divisão na amostra, sem contudo conseguir quebrar uma tendência claramente maioritária (67%): a de considerar que, de facto, o actual preço dos combustíveis e da electricidade não paga os impactes da sua produção (poluição do ar, da água, as alterações climáticas, etc.). De referir ainda que, dos cinco aspectos explorados, este é o que reúne maior número de não respostas (cerca de 16%).

7. Ser eficiente: o que implica e até onde estão dispostos a ir

Com o intuito de compreender de que forma os inquiridos percebem o conceito de eficiência energética foram analisadas algumas dimensões, entre elas as ligadas à noção de conforto e comodidade, aos gastos financeiros ou ao conhecimento técnico de base.

Se por um lado os inquiridos defendem que para melhorar a eficiência nas suas casas não é suficiente uma mudança de comportamentos e será necessária a realização de investimentos em equipamentos e isolamento (78% concordam total ou parcialmente com esta ideia), é também claramente maioritária a opinião que é possível melhorar o conforto gastando menos energia e menos dinheiro (77%). Ainda assim, para cerca de metade da amostra inquirida a imagem da eficiência energética mantém-se associada à ideia de alguma perda de conforto e comodidade (46%), provavelmente por a associarem a uma postura de mudança de comportamentos onde o uso da energia passa a ser uma preocupação constante, perspectiva que é defendida por cerca de 80% dos inquiridos. É ainda relevante sublinhar que o conhecimento técnico necessário para trabalhar a questão da eficiência energética em casa parece não assumir grande relevância junto desta amostra, o que poderá decorrer da tendência no seio deste grupo para considerar que a eficiência energética é muito uma questão de mudança de comportamento individual, como veremos de seguida (tabela 3).

	Concordo Total/em parte (%)	Discordo Total/em parte (%)	NS/NR (%)
Alterar hábitos, perdendo algum conforto e comodidade	47	44	9
Gastos consideráveis em novos equipamentos ou isolamentos	78	15	7
Ganhar conforto gastando menos energia e menos dinheiro	78	13	9
Bastante conhecimento técnico	37	56	7
Uma preocupação constante com o consumo de energia	80	13	7

Tabela 3 - Implicações de melhorar a eficiência energética em nossas casas

Como apresentado anteriormente, as práticas ligadas à poupança de energia estão já integradas no quotidiano dos agregados inquiridos. Contudo, há sempre mais que pode ser feito e razões para justificar uma eventual inacção. Uma análise às razões porque as famílias em geral não fazem mais para poupar energia começa por apontar para razões individuais como justificação, mais concretamente o comodismo. Praticamente 60% dos inquiridos referem esta razão como justificação, seguindo-se a falta de informação (36%) ou o facto das pessoas não terem ainda integrado a preocupação com a eficiência energética no seu



quotidiano (25%), razão que se pode interligar com as anteriores, mas também com o facto das pessoas estarem muito ocupadas (16%). Ainda que com menor relevo, também surgem alguns factores estruturais como justificação, ainda que de forma bem menos vincada. Por exemplo, o facto das instituições competentes não darem o exemplo (17%) ou de os inquiridos sentirem que existe falta de apoio por parte das instituições (10%). Algures entre a esfera da acção individual e a esfera estrutural surge o facto dos inquiridos considerarem que os outros não fazem mais para poupar energia porque não acreditam que tenha resultados práticos (15%).

Quando a análise se centra no agregado do inquirido não se registam alterações muito significativas no alinhamento das respostas, havendo apenas a registar um número bem mais significativo de não respostas, ao mesmo tempo que o exemplo e o não se acreditar que o esforço individual tenha resultados práticos surgem com muito menor relevo (tabela 4).

	As outras famílias (%)	A família do inquirido (%)
Comodismo	58	40
Falta de informação	36	25
Não pensam nisso	25	18
Instituições competentes não dão o exemplo	17	1
Estão muito ocupadas	16	13
Pensam que não terá resultados práticos	15	8
Falta de apoio por parte das instituições	10	15

Tabela 4 - Quais as razões porque não se faz mais para poupar energia?

Tornar o quotidiano mais eficiente pode implicar a realização de investimentos substantivos, principalmente quando se pretende fazer alterações estruturais, onde muitas vezes os ganhos tendem a ser mais visíveis. No sentido de testar a disponibilidade dos agregados inquiridos para realizarem investimentos que promovam a eficiência energética, estes foram confrontados com alguns dados que lhes apresentavam os ganhos económicos que poderiam obter se fossem feitos investimentos em determinadas áreas – iluminação, frio, isolamento, vãos envidraçados, climatização, painel solar.

De uma forma geral é possível afirmar que as pessoas que já investiram em cada uma destas áreas rondam os 25%, sendo que o valor mais elevado se refere à instalação de janelas duplas e caixilharias (34,5%) e o mais baixo ao isolamento da casa e climatização eficiente (18%). Quanto à disponibilidade para investir durante o próximo ano, a iluminação é a que acolhe mais respostas positivas (55%), seguida da área do frio (36%), da climatização mais eficiente ou limpa (29%), do isolamento da casa (27,5 %) e por último, das janelas duplas e caixilharias (25,4%). Já no que concerne ao painel solar, cerca de 42% dos agregados inquiridos refere ter interesse em investir durante o próximo ano.

Após a análise da dimensão individual de concretização da eficiência energética em sua casa, é importante explorar a abertura para arcar com determinadas consequências no quotidiano, quando o objectivo central é mais abstracto e passa por procurar reduzir o consumo energético do país. Medidas que tenham como consequência um impacto social e económico generalizado tendem a recolher muito pouco apoio, situação que só é alterada quando os factores analisados se prendem com dimensões mais directamente ligadas ao indivíduo, como seja a diminuição do conforto e das condições de vida, a imposição de restrições ao uso do automóvel ou a definição de limites ao consumo de energia. Medidas que passem pelo aumento do desemprego, diminuição do crescimento económico ou aumento de impostos ou do preço dos produtos, recebem uma clara resposta negativa (tabela 5).



	Sim	Não	NS/NR
Restrições ao uso do automóvel	76	18	6
Definição de limites ao consumo de energia (quotas por cada cidadão ou agregado)	64	22	14
Uma diminuição dos níveis de conforto e de condições de vida	40	46	14
Aumento dos impostos	24	68	8
Diminuição do crescimento económico do país	17	77	6
Aumento do preço dos produtos em geral	16	73	11
Aumento do desemprego	1	91	8

Tabela 5 - O que estaria disposto a aceitar para reduzir o consumo de energia do país

8. Responsabilidades sobre o tema

Não obstante a tendência marcada para os inquiridos atribuírem grande destaque ao seu próprio papel enquanto promotores da eficiência energética, é legítimo imaginar que a distribuição de responsabilidades sobre o tema não termine aí. Aliás, quando questionados sobre a razão para não fazerem mais, o papel de outras entidades enquanto exemplo e enquanto facilitadores da adopção de comportamentos mais sustentáveis surgiu com algum destaque. Colocados perante a necessidade de assinalar quem mais pode fazer para resolver os problemas energéticos nacionais, os cidadãos voltam a surgir em pleno destaque, uma vez que são referidos por 60% dos inquiridos. É interessante notar que, para além dos cidadãos, existe a noção que é o Estado que mais pode fazer para ajudar a resolver o problema, seja através da actuação directa do Governo e da Administração Pública (incluindo com particular destaque o Ministério do Ambiente), seja através de áreas de actuação mais específicas, como sejam as escolas. Apenas o poder local surge com menor destaque em todo o enquadramento da função pública (12%). Ainda assim, se a responsabilidade reservada ao Estado for analisada no seu conjunto, assume um papel mais relevante do que a referência ao papel dos cidadãos. As empresas surgem numa posição não muito destacada (15%) e a comunicação social e as ONGA surgem ainda com um menor relevo (tabela 6).

Categorias	%
Cidadãos	60
Governo e administração pública	42
Ministério do Ambiente	18
Escolas	15
Empresas	15
Autarquias	12
Comunicação social	11
ONGA/ grupos de cidadãos	8

Tabela 6 - Entidades com maior responsabilidade na resolução dos problemas energéticos do país

Não obstante o papel reservado ao Estado na resolução dos problemas energéticos do país, é um facto que existem opiniões diferentes sobre quais as linhas de trabalho mais relevantes para o alcance desse objectivo. Colocados perante três conjuntos de medidas que alternavam entre medidas de incentivo (financeiro), disponibilização de informação ou introdução de medidas punitivas ou de taxaço, as que



reúnem maior consenso são as primeiras, escolhidas na maioria das vezes (54%). Fornecer mais informação ou desenvolver campanhas nacionais sobre energia e assuntos conexos recolhe o apoio de cerca de 23% dos inquiridos, sendo que as medidas de proibição da entrada de determinados produtos no mercado, o aumento do preço da energia ou obrigar os fabricantes a produzir equipamentos mais eficientes, recebe um apoio que pouco ultrapassa os 15%.

A defesa de uma perspectiva onde os incentivos marcam a linha estratégica de intervenção parece, contudo, esbarrar no desconhecimento demonstrado pelos cidadãos sobre mecanismos já existentes, seja na área da promoção da eficiência energética (64% desconhece qualquer medida neste sentido), seja na área do incentivo à utilização de energias renováveis (cerca de 67% afirmam desconhecer medidas nesta área).

9. Conclusões

Os resultados apresentados nesta comunicação são ainda preliminares e decorrentes da aplicação de um instrumento de recolha de dados de cariz quantitativo. Face à natureza do tema e ainda reduzida reflexão a nível nacional sobre o mesmo, impõem-se a aplicação de métodos qualitativos que permitam pôr em relevo as razões que estruturam as respostas agora encontradas. Essa é, de facto, a fase seguinte deste projecto de doutoramento.

Ainda assim, estes resultados sugerem pistas que urge explorar, quer sobre a percepção do conceito de eficiência e do próprio tema da energia de uma forma mais geral, quer sobre a forma como essa percepção se concretiza em acções e na interpretação do papel de cada actor social na construção e acção sobre o tema.

Esta análise preliminar permite perceber que o indivíduo parece assumir um papel central na forma como os inquiridos percebem o tema da eficiência energética. Se tal decorre de um processo de reflexão e assumpção de responsabilidades ou se, pelo contrário, resulta de uma interpretação superficial do tema ou do ímpeto de assumir um discurso “politicamente correcto”, só uma análise qualitativa permitirá destrinçar. Não deixa, contudo, de ser interessante observar que, ao mesmo tempo que a reflexão teórica de base sociológica sobre o tema da energia procura pôr em relevo os constrangimentos estruturais na delimitação e mesmo determinação dos consumos de energia, as respostas agora recolhidas apontem no sentido oposto.

A assumpção de alguns cuidados básicos na forma como a energia é gerida no quotidiano familiar parece ser já ponto assente. A imagem da eficiência energética parece ser também positiva, assente no princípio de poupança dupla - ambiente e dinheiro. Contudo, é fundamental ir mais fundo e explorar dimensões como a necessidade de integrar a variável tecnologia versus a mudança de comportamentos.

A informação sobre o tema, elemento básico para a acção, mas também para a reflexão e identificação dos constrangimentos (da esfera pessoal ou estrutural), sabe-se que é bem menor do que a média comunitária. Este contexto é propício à existência de equívocos sobre o que se pode ou não fazer, quais as áreas prioritárias de acção, mas também sobre os factores que condicionam as opções quotidianas. Estas são algumas das principais linhas de análise que irão agora ser desenvolvidas em próximas fases deste trabalho.



10. Bibliografia

BARTIAUX, F et al (2006), *Socio-Technical factors influencing residential energy consumption (SEREC) – SPSD II*, Bélgica, Belgian Science Policy.

BOARDMAN, Brenda (2004), «New Directions for household energy efficiency – evidence from de UK», *Energy Policy*, 32.

BOARDMAN, Brenda e Sarah Darby (2000), *Effective Advice – Energy efficiency and the disadvantaged*, University of Oxford , Environmental Change Institute.

BURGESS, Jacquelin e Tracey Bedford, Kersty Hobson, Gail Davies e Caroline Harrison (2003), “(Un)sustainable consumption” in Frans Berkhout, Melissa Leach e Ian Scoones (eds): *Negotiating Environmental Change – New Perspectives from Social Sciences*, Londres, Edward Elgar.

DEFRA (2002), *Survey of public attitudes to quality of life and to the environment – 2001*, Londres, UK.

LUTZENHISER, Loren, Craig K. Harris e Marvin E. Olsen (2002), “Energy, Society and the Environment” in Riley Dunlap e William Michelson (eds.): *Handbook of Environmental Sociology*, EUA, Greenwood.

WALLENBORN, Grégoire et al (2006), *Specifying household profiles for more efficient energy demand-side management – Summary – SPSD II*, Bélgica, Belgian Science Policy.

RAMSAY, Lotte e Jacky Pett (2003), «Hard to reach and hard to help: bringing energy efficiency to elusive audiences», ECEEE 2003 Summer study.

SPAARGAREN, Gert (2000), “Ecological Modernization Theory and the Changing Discourse on Environment and Modernity” in *Environment and Global Modernity*, G.S., Arthur P.J. Mol e Frederick Buttel (ed.), Londres, Sage: p.41-66.

SPAARGAREN, Gert (2000), "Ecological Modernization Theory and the Changing Discourse on Environment and Modernity" in Gert Spaargaren, Arthur P.J. Mol e Frederick Buttel: *Environment and Global Modernity*, Londres, Sage: 41-72.

SHOVE, Elisabeth (2000), “Revealing the invisible: Sociology, energy and the environment” in Michael Redclift e Graham Woodgate (ed): *The International Handbook of Environmental Sociology*, Reino Unido, Edward Elgar.

WARDE, Alan e Elisabeth Shove (2002), «Inconspicuous Consumption: The Sociology of Consumption, Lifestyles, and the Environment» in Riley Dunlap, et all,(ed.) *Sociological Theory and the Environment - Classical foundations, Contemporary Insights*, EUA, Rowman&Littlefield Publishers.

11. Notasⁱ

ⁱ 1 O projecto EcoFamílias teve como objectivo analisar os consumos de 225 famílias distribuídas equitativamente pelas nove zonas climáticas de Portugal Continental e propor medidas de redução do consumo de energia eléctrica pela alteração de comportamentos. Este projecto foi desenvolvido pela Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, promovido pela EDP Distribuição e aprovado pela ERSE no âmbito do Plano para a Eficiência no Consumo (PPEC).

2 ADENE – Projecto EURECO – Campanha de medições por utilização em 400 unidades de alojamento na União Europeia. 2002.